



O NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL: UM VESTÍBULO PARA A RADICALIZAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO

Neo-developmentalism in Brazil: a vestibule for the radicalization of financial capital

Iris Sunsyaray Mendes Feliciano de Andrade*

 <https://orcid.org/0000-0002-3893-6600>

RESUMO

A análise apresentada retoma o debate neodesenvolvimentista no Brasil. Considera-se o estudo de suas principais matrizes teóricas interpretativas, com enfoque na sua composição, características e contradições. Buscando compreender a complexidade da realidade social a partir da teoria social de Marx, a ampla incursão bibliográfica apontou que o neodesenvolvimentismo se tratou de uma falsa inflexão no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Conclui-se, portanto, que esse projeto serviu de expansão ao potencial burguês, lhe conferindo espaço para maiores ofensivas.

PALAVRAS-CHAVE

Neodesenvolvimentismo no Brasil; Governos petistas; Capital financeiro; Conjuntura vigente.

ABSTRACT

The analysis presented resumes the neo-developmental debate in Brazil. It is considered the study of its main interpretative theoretical matrices, focusing on its composition, characteristics and contradictions. Seeking to understand the complexity of Marx's social reality theory, the broad bibliographic incursion pointed out that neo-developmentalism was a false inflection in the process of Brazilian economic development. Therefore, this project worked as an expansion to the bourgeois potential, making room for greater offensives.

KEYWORDS

Neo-developmentalism in Brazil; PT governments; Financial capital; Current scenario.

*Assistente Social. Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professora substituta na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: iris_sunsyaray@hotmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n45p234-251



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Introdução

No Brasil, o primeiro decênio dos anos 2000 é marcado pelo debate sobre o neodesenvolvimentismo, modelo de crescimento econômico adotado pelos governos democrático-populares do Partido dos Trabalhadores (PT). A esta quadra cabem pelo menos duas interpretações predominantes: a que percebe o período como o de transformações na sociedade, articulando desenvolvimento econômico e inclusão social; e a que o compreende como um mecanismo de reprodução e manutenção ampliada do capitalismo.

Mesmo diante do esgotamento neodesenvolvimentista no país e da existência de variados estudos sobre o modelo, como os de Sampaio Jr. (2017), Castelo (2012, 2013a, 2013b, 2014), Mota (2012), Alves (2014), Boito Jr. (2018) e Gonçalves (2012a, 2012b), consideramos necessário desvelar as abstrações deste complexo fenômeno.

Como nos fala Kotic (2002, p.35), “A realidade é interpretada não mediante a redução a algo diverso de si mesma, mas explicando-a com base na própria realidade, mediante o desenvolvimento e a ilustração das suas fases, dos momentos do seu movimento”. Assim, retomaremos a fase que julgamos fundamental para a compreensão do contexto sociopolítico atual, buscando alargar a nossa visão, a fim de extrair lições do passado capazes de respaldar o olhar para o futuro.

Partimos do suposto que a queda do neodesenvolvimentismo no Brasil contribuiu para o processo mundial de financeirização do capital¹, fornecendo-lhe o caminho para a sua instalação ostensiva e sua fortificação. As consequências políticas deste fenômeno se materializam com a dissolução do lulismo², sob a saída forjada de Dilma Rousseff, em 2016, e a consequente ofensiva da nova direita³ e do ultraconservadorismo instalado no país sob o governo farsante de Michel Temer em 2016 e o de Jair Bolsonaro, presidente eleito em 2018.

Enfatizamos que não se pretende com esse estudo apenas justificar o período sociopolítico presente, pois, como menciona Netto (2011, p. 48):

Não se descarta a necessidade de conhecer a gênese histórica de uma categoria ou processo — tal conhecimento é absolutamente necessário. Mas dele não decorre o conhecimento da sua relevância no presente — sua estrutura e função atuais.

¹ Entende-se por financeirização do capital a capacidade do capital fictício de recriar mais capital em uma escala planetária; se valorizando independente de aspectos produtivos. A financeirização envolve a participação do mercado mundial e de diversas instituições financeiras (SANTOS, 2009).

² Compreende-se o lulismo como um fenômeno político de orientação centro-esquerda ocorrido no país sob a direção do PT com os governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

³ Compreende-se por nova direita a existência de uma racionalidade que agrega ideais conservadores, libertários e reacionistas e concepções eugenistas de segregação racial, aproximando-se às teorias nazistas e fascistas (CARAPANA, 2018).

O neodesenvolvimentismo é apenas um elemento dentro de uma multiplicidade de fatores na concreticidade, que joga luzes sobre o entendimento de como chegamos ao estágio do capitalismo nacional vigente.

O artigo se deterá à análise do ciclo neodesenvolvimentista no Brasil, sua gênese, ascensão e declínio, problematizando o fato deste contexto ter viabilizado o espraiamento do capital. Objetiva-se demonstrar que as contradições presentes nesta processualidade desdobraram-se em uma ofensiva do capital sem precedentes, rebatendo em todas as áreas das relações humanas. Nessa direção, compreende-se que o método do materialismo histórico-dialético, por permitir capturar a essência, a estrutura, a dinâmica e a contradição dos fenômenos, contribuirá para apreensão do objeto de estudo proposto, permitindo apreender as múltiplas determinações dos fenômenos, sendo eles sociais, culturais, econômicos e políticos, expressando a compreensão de que nada se define em si, mas por meio de relações (NETTO, 2011).

Problematizar a conjuntura de queda neodesenvolvimentista e suas consequências é fundamental para pensarmos a composição da política contemporânea nacional, assim como as estratégias de fortalecimento à luta de classes dentro da ordem da capital. Além disso, é importante ponderar sobre os meios de fortalecimento das políticas públicas, os direitos sociais, a democratização de bens e serviços em tempos de supremacia rentista e da sua lógica mercantil, na busca de incessantes lucros nos espaços de reprodução da vida em sociedade. Ademais, o estudo é uma contribuição ao debate teórico-político do “novo” modelo de desenvolvimento que se levantou na sociedade brasileira nos anos 2000.

Origem e caracterização do neodesenvolvimentismo

O neodesenvolvimentismo (NDV)⁴ se afirma pela proposição de recuperar aspectos do nacional-desenvolvimentismo (ND)⁵. Entre os anos 1930 e 1970, o ND se firma no país como uma política econômica desenvolvimentista, apoiado nos pilares da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)⁶. Esse modelo baseava-se no nacionalismo, intervencionismo estatal e defesa da indústria nacional em vez dos investimentos em importações. Os desenvolvimentistas prezavam pelo planejamento econômico, por uma política comercial protecionista e pelo investimento estatal nos setores básicos (CASTELO, 2012).

Nesses termos, se fortalece a ideia de modernização por meio de um desenvolvimento nacional. O Estado foi considerado elemento central para os avanços sociais e econômicos, e cabia a este a tarefa de harmonizar os conflitos internos entre o capital e o trabalho. Sob esta ótica, se desempenharam “reformas” nas áreas trabalhistas e sociais para benefício

⁴ Passaremos a partir daqui a nomear o neodesenvolvimentismo de “NDV”.

⁵ Passaremos a partir daqui a nomear o nacional-desenvolvimentismo de “ND”.

⁶ A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) foi criada em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o intuito de colaborar com o desenvolvimento latino, controlar as políticas desempenhadas para o desenvolvimento econômico da região e analisar as relações dos países pertencentes ao bloco com demais nações. O órgão direcionava os países periféricos ao incentivo da industrialização no lugar das importações, a fim de alcançar uma autonomia nacional de autoproductividade. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 30 out. 2019.

tanto dos trabalhadores quanto da burguesia industrial. Conforme Castelo (2012), a partir dessas intervenções se definiu uma nova relação entre o Estado e a emergente burguesia nacional⁷, que mesmo com a articulação não eliminou a antiga estrutura de elite agrária, de cultivo às oligarquias e legitimação do desenvolvimento desigual e combinado⁸.

No início dos anos 1960, a investida do capital norte-americano pôs uma pá de terra nos sonhos desenvolvimentistas, amordaçando qualquer via que pudesse resultar numa ampliação da autonomia nacional. Instaura-se no país um regime civil militar⁹ filiado ao capital internacional. Tratou-se de uma resposta burguesa às regiões periféricas que fomentaram ideais reformistas de “emancipação” nacional, um resultado “imperialista” à organização social e ao fortalecimento interno que se ensaiou nesse período, minando as ilusões e esperanças democráticas de modernização e ascensão social (CASTELO, 2012).

Desse modo, encobriu-se as discussões entre capital e trabalho, e o que antes era uma forma de alcance às garantias e direitos sociais, tornou-se uma ameaça à ordem. O lema era o apaziguamento e o estreitamento entre as classes sociais, sem tocar em suas contradições ou “divergências”. Uma condução que viabilizou o erguimento de um novo formato de acumulação na região, sob uma internacionalização da economia com a presença de multinacionais e do capital estrangeiro.

Assim, o fim dos anos 1980 expressou a vitória do poderio neoliberal que compreendia um sistema de livre-mercado, das liberdades individuais e econômicas. Essa racionalidade indicava uma intervenção do Estado apenas em situações de descompasso do mercado e para o suporte deste último. Instalava-se uma agenda “neoconservadora” a serviço pleno do capital financeiro. O Consenso de Washington¹⁰ ratifica essa lógica no cenário latino (CASTELO, 2013b).

Contudo, na segunda metade da década de 1990, esse receituário apresentou sinais de esgotamento. Os parques produtivos do México, Brasil e Argentina foram desmontados com o aumento da dívida pública, a crise cambial e a derrubada dos direitos sociais, serviços e bens públicos. Um quadro de redução dos níveis salariais, precarização do trabalho, desemprego estrutural, parques investimentos sociais e a intensificação dos dilemas sociais

⁷ A burguesia nacional emergente, a qual trata Castelo (2012), corresponde ao mesmo seguimento de teorização trabalhado por Boito Jr. (2018), correspondendo ao encontro das classes favorecidas pelo capital interno. Neste setor encontram-se os industriais, parte substancial do agronegócio e interesses dos bancos nacionais. Para Boito Jr. a burguesia interna é aquela que irá demandar de algum modo subsídio estatal como grupos de ensino, saúde, construção civil, setor industrial, entre outros.

⁸ A teoria do desenvolvimento desigual e combinado foi elaborada por Trotsky na busca de desvelar as contradições econômicas e sociais e as processualidades históricas formativas (LÖWY, Michael, 1998).

⁹ A ditadura civil militar foi um regime político de caráter nacionalista e autoritário que se iniciou no dia primeiro de abril de 1964 e chegou até o dia 15 de março de 1964. Uma quadratura que atinge a região latina como forma de uma “segurança nacional” ante a ameaça comunista. Os governos eram dirigidos por militares. Um período marcado por extrema violência, repressão e censura pelos membros das forças armadas.

¹⁰ O acordo de Washington tratou-se de um encontro ocorrido em 1989 com a cúpula dos Estados Unidos (EUA) e os principais governantes da América Latina com o objetivo de materializar a agenda liberal nessa região periférica sob o argumento do avanço tecnológico, da geração de riquezas e do bem-estar da população (CASTELO, 2013b).

históricos tornou insustentável a realidade de muitos cidadãos latinos (CASTELO, 2013a; KLACKO; ARKONADA, 2017).

Conforme Castelo (2013a), as infelizes consequências dessas políticas introduziram um novo ciclo na América Latina, um cenário de crises e disputas interburguesas e a abertura de uma série de manifestações sociais, redimensionando as relações sociais de coalizão e freando os ataques do capital, iniciados com a instauração dos regimes militares. Embora não tenham conseguido reverter a raiz conservadora, abriram um novo contexto de resistência na região, desembocando no fortalecimento de governos progressistas.

Os presidentes que seguiam a cartilha neoliberal de privatização, liberação comercial e flexibilização do trabalho foram destronados; projetos e programas destinados a essa corrente perderam sustento social (KATZ, 2016). Países latinos como Argentina, Peru, Equador, Brasil e Bolívia retomavam a possibilidade de levantar as economias dependentes e subdesenvolvidas, reacendendo a discussão teórico-política do desenvolvimentismo no cenário regional (CASTELO, 2012). Logo, se fortaleceram partidos de posicionamentos antineoliberais, os principais foram: Venezuela, com a eleição de Hugo Chávez pelo Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV); Brasil, com Lula da Silva do PT; Argentina, Néstor Kirchner do Partido Justicialista (PJ) e Bolívia, elegendo Evo Morales do Movimiento Al Socialismo (MAS) (CASTELO, 2013a).

Diante dessa conjuntura, as classes dominantes passaram a recompor a sua ofensiva ideológica e política e traçaram um projeto reformista e restaurador sob a mesma sustentação conservadora. Tratou-se de uma reação ao despertar político da população diante do agravamento das expressões da questão social¹¹. Nasce assim uma nova concepção de desenvolvimento.

No Brasil, esse contexto ocorre de modo diferente. O modelo neoliberal, injetado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e caracterizado pelas intensivas privatizações das estatais e a sobreposição de uma agenda econômica aos interesses sociais e aos investimentos estatais internos, evidenciou os sinais de esgotamento, via recessão econômica, e dispendiosas dívidas externas, uma grave situação de desequilíbrio nacional (SAAD FILHO; MORAIS, 2018). Contudo, não se registra uma prática política reivindicativa da população como em outros países latinos, mas o panorama mundial responde em nosso território, que acompanha a atualização e recomposição burguesa como tática para garantir a sua hegemonia político-econômica.

O debate desenvolvimentista ganhou uma nova roupagem. Propunha uma articulação de desenvolvimento econômico e social e apresentava uma crítica à ortodoxia convencional¹²,

¹¹ As expressões da questão social referem-se ao produto de uma pobreza construída historicamente, consequência do sistema capitalista de apropriação e acumulação. São as contradições entre capital e trabalho presentes no dia a dia da vida social.

¹² Nas palavras de Bresser-Pereira, a ortodoxia convencional (do neoliberalismo) “É uma ideologia exportada para os países em desenvolvimento que, apesar de sua promessa de promover a prosperidade geral, na verdade atende aos interesses dos países ricos em neutralizar a capacidade de competir desses países de renda média” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 15). Segundo o autor, ortodoxia convencional pode ser definida por meio de quatro pontos: 1) A necessidade de reformas microeconômicas para os países de renda média a

sob a compreensão de que a redução da desigualdade e o crescimento econômico se dariam por meio de políticas macroeconômicas, como a moderação da taxa de juros, a taxa competitiva de câmbio e uma política fiscal equilibrada. A proposta ficava entre a solução liberal e a possibilidade socialista, tratava-se, portanto, de uma terceira via (CASTELO 2013a).

Castelo (2012) mapeia três importantes correntes que forneceram solo ao NDV no Brasil. A corrente macroeconômica, teorizada por Bresser-Pereira no início da primeira administração de Lula da Silva, em 2004, na qual o Estado deveria oferecer suporte às falhas do mercado, propunha o fortalecimento da produção interna para competição e assinalava a necessidade de desenvolvimento nacional e rompimento com a ortodoxia do neoliberalismo, defendendo o investimento público em setores privados e a estabilidade econômica.

A segunda corrente, a dos intelectuais pertencentes à tradição keynesiana, seguia a linha das formulações de Bresser-Pereira, mas acrescentava a ênfase do crescimento econômico associado às medidas de justiça social. Acreditava-se que assim se obteria mais investimentos privados e o conseqüente aumento da produção, do emprego e do consumo. Evidenciava a necessidade de um capitalismo ativo e competitivo, assim como reformas nas áreas financeiras, de tecnologia e inovação e educação. E, para tanto, reconheciam a necessidade de um Estado forte no âmbito econômico e social. Entre os principais autores que compunham esta direção listamos: João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renault Michel (CASTELO, 2012; 2013a; 2013b; 2014).

A terceira corrente é a social-desenvolvimentista, que ganhou evidência a partir de um grupo de professores e pesquisadores da Unicamp e da UFRJ, como Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzo. Nessa, havia uma maior relevância do Estado e as políticas e programas sociais eram formulados com o objetivo de gerar desenvolvimento nacional, que deveria sobrepor-se às políticas macroeconômicas (CASTELO, 2014). Nesse entendimento, o Estado seria o grande viabilizador da superação do subdesenvolvimento e do aquecimento econômico.

Essas vertentes tinham intelectuais pertencentes a setores estratégicos da comunicação de massa da mídia brasileira como a Fundação Perseu Abramo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Centro Internacional Celso Furtado, fato que aproximou esse enfoque do empresariado paulista, sindicatos, partidos políticos e demais canais da imprensa brasileira (CASTELO, 2013b).

A compreensão do termo neodesenvolvimentista adotada baseia-se na perspectiva de Ferreira (2018), a qual descreve o neodesenvolvimentismo como um modelo de desenvolvimento que passou a ser reproduzido nas economias periféricas da América Latina, como um ideário político e econômico cuja proposta não direcionava ao rompimento, mas ao fortalecimento e legitimação da condição de subalternidade desses

fim de permitir a livre funcionalidade do mercado; 2) o controle incisivo da inflação; 3) conseqüente elevação da taxa de juros e câmbio; e 4) compreensão de que a entrada valorizada da moeda estrangeira para financiar os déficits é um fator benéfico, uma vez que haverá o reembolso a partir da taxa crescente de investimento.

países frente à divisão internacional do trabalho. E, por último, a sua classificação como uma nova tendência no quadro latino-americano, expressando a mais recente forma de acumulação do capital. Um contexto que mantém a ótica neoliberal, mas que adquire peculiaridades.

A categorização de Ferreira (2018) evidencia três diferentes e importantes correntes para a análise dessa processualidade na sociedade brasileira. A primeira corresponde a dos “Intelectuais orgânicos do governo”, composta pelos estudiosos que coadunavam com o projeto dos governos petistas e defendiam as graduais mudanças como consequência de um período pós-neoliberal; nesta, a partir de nossos estudos, enquadrámos nomes como Emir Sader e Marco Aurélio Garcia.

A segunda refere-se aos dos intelectuais que tecem uma “crítica moderada” a esse lastro histórico. São estudiosos que se opõem ao projeto da conciliação de classes desenvolvido pelos governos petistas, evidenciando seus limites e dilemas, mas que postulam a não existência de uma adesão neoliberal ortodoxa pelo partido. Nesta, estão presentes autores, na nossa compreensão, como Boito Jr. e João Stédile.

E o terceiro é chamado por Ferreira (2018) de “crítica radical”, pois, baseado na teoria social de Marx, depreende o momento histórico estudado como uma intensificação estratégica do neoliberalismo, uma saída burguesa para a sua consolidação. Este segmento capta as determinações e as contradições existentes que delimitam o neodesenvolvimentismo como política aplicada em longo prazo. Apontamos intelectuais como Rodrigo Castelo, Reinaldo Gonçalves, Plínio Sampaio Jr. e Cláudio Katz.

A materialização neodesenvolvimentista no Brasil

O primeiro ciclo do período de ápice da materialização neodesenvolvimentista no Brasil corresponde aos anos de 2007 a 2010, no segundo mandato de Lula da Silva. Os estudos que discorrem sobre essa fase são majoritariamente realizados pelos chamados “intelectuais orgânicos do governo”, pois reafirmam o discurso oficial da existência de um período de profundas transformações no seio da sociedade civil, de um equilíbrio entre mercado e Estado, enfatizando a superação de suas dicotomias (FERREIRA, 2018).

Em uma análise sobre os dez primeiros anos de administrações petistas, estudiosos — como BARBOSA, 2013; SADER, 2013; POCHMANN, 2013; MATTOSO, 2013 — admitem a retomada da desenvoltura macroeconômica interna, que segundo esta leitura sai de um patamar contracionista e segue em ritmo ascendente, enfatizando as políticas e ações de cunho social desenvolvidas nesse período, como o Fome Zero e o Programa Bolsa Família (PBF). No final de 2005, o PBF beneficiava um total de 8,7 milhões de famílias, o equivalente a 0,3% do Produto Interno Bruto nacional (PIB) (BARBOSA, 2013). Em 2011, o PBF atendia a um total de 13,2 milhões de famílias, correspondendo a cerca de 0,4% do PIB (IPEA, 2019).

O crédito consignado também compôs as medidas adotadas pelo governo federal à época, com objetivo de ampliar o financiamento popular. Lançado em 2004, o projeto disponibilizou crédito para a agricultura familiar, principalmente no Nordeste, e para o cidadão assalariado e aposentado. Na prática, os bancos viabilizariam o empréstimo

consignado, que seria devolvido mediante baixas parcelas mensais retiradas da folha de pagamento dos beneficiários. Com isso, um alto valor monetário circulava via consumo popular, aquecendo a economia (CARVALHO, 2018).

Nessas análises, destacam-se o controle da inflação obtido no período, o crescimento do PIB e a redução da dívida pública. Aponta-se a alta expressividade atingida pelo país nas relações externas, fator que contribuiu para uma maior autonomia na política conduzida, e evidencia-se as mudanças de postura na macroeconomia interna com a ampliação dos postos de trabalho formal, o aumento do salário real e a consequente expansão de uma sociedade de consumo. O Brasil, que ocupava o ranking de terceiro maior país no índice de desemprego nos anos 2000 (POCHMANN, 2013), passou de 10,5% em 2002 para 4,3% no final de 2013, atingindo o “pleno emprego” (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019)¹³.

O cenário internacional entre 2003 e 2005 foi marcado por uma quadratura de aceleração econômica movida pelo mercado chinês, que passou a importar altos números de produtos naturais e reservas minerais dos países latinos e africanos. Tal período ficou conhecido como o “boom das commodities”. O país deu um salto nas transações comerciais e conseguiu retornar a um patamar de acumulação de reservas internacionais, reparando a sua condição no resto do mundo (BARBOSA, 2013). As relações comerciais entre Brasil e China se davam a partir dos interesses chineses com as reservas naturais brasileiras e matérias-primas (MATTOSO, 2013).

Conforme Fiori (2013), um novo regionalismo foi identificado em um plano global e local e o país passou a estreitar relações com a América do Sul. Segundo o autor, a liderança política de Lula da Silva foi determinante para o salto nos acordos e transações econômicas estabelecidos no período. Alianças com novos parceiros comerciais, países da África e Ásia, Rússia, Índia e sub-região do Oriente Médio, tornaram o país mais expansivo e independente. Segundo Pochmann (2013), com essa nova geopolítica adotada, o Brasil prosseguia em um caminho de rompimento neocolonial, de abandono da subserviência de bens e serviços, escoados apenas para servir interesses de outrem.

A taxa de pobreza extrema caiu de 26,7% em 2002 para 12,8% em 2012. A classe média subiu de 38% para 52% e o índice de Gini¹⁴ reduziu de 0,589 em 2002 para 0,527 em 2011 (MATTOSO, 2013). Entre 2004 e 2010 ocorreu uma elevação na renda dos trabalhadores de 3,3% e o índice de trabalho subiu 5,5%, a participação do rendimento no trabalho chegou a 14,8% e a desigualdade na distribuição pessoal de renda do trabalho reduziu em 10,7% (POCHMANN, 2013).

De acordo com a revista, *O partido que mudou o Brasil* (2019), as políticas de distribuição desenvolvidas pelo PT promoveram a maior redução da pobreza na história do País. O destaque central foram os programas criados para combater a fome e a pobreza extrema.

¹³ Ratificado em: AGÊNCIA BRASIL, 2014. Desemprego em 2011 é o menor dos últimos 11 anos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-01/denise-desemprego-fecha-2013-com-menor-media-anual-da-serie-historica>. Acesso em: 23 mar. 2023.

¹⁴ Indicador para medir o grau de concentração de renda para determinado grupo.

Em 2014, o país conseguiu sair do mapa da fome mundial obtendo reconhecimento pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU).

Entre 2003 e 2014, a fome no país se atenuou em 82%, graças a iniciativas como o Programa Fome Zero; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ações de incentivo à agricultura familiar reunidas incidiram diretamente na produção de alimentos e na ampliação de direitos sociais referentes à nutrição e à alimentação, temas caros à sociedade brasileira.

Para Pochmann (2013), tais medidas se fizeram possível pela existência de excedentes acumulados com a alta entrada de capitais externos no país entre 2006 e 2008, o que permitiu a acumulação de um volume de reservas internacionais. Segundo Saad Filho e Moraes (2018), as reservas cambiais deixaram a margem de US\$ 53 bilhões, chegando a US\$ 373 bilhões, fato que se comprova pela posição assumida pelo Brasil em nível mundial, saindo de devedor do FMI para credor, elevando ainda mais o seu peso na economia mundial. Ainda em 2009, o país chegou a depositar 4,5 bilhões de reais aos cofres dessa organização (GLOBO.COM, 2009).

Na área da saúde, o governo federal expandiu a destinação de recursos e as despesas cresceram 78% acima da inflação. Investiu-se na rede de saúde primária com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na ampliação das equipes de saúde da família, chegando a dobrar a cobertura do início do mandato. O acesso a medicamentos foi propiciado a partir do programa Farmácia Popular, implementado em 2004, que disponibilizava remédios com até 90% de desconto, abarcando uma média de 4.566 municípios. Nesse período, obteve-se também a criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e o desenvolvimento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019)¹⁵.

A política de assistência social foi significativamente expandida e fortalecida como política pública. Em 2004, houve o lançamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em que se implementava o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP). O SUAS permitiu o atendimento da população em situação de pobreza extrema por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do PBF; iniciou-se um acompanhamento a famílias, crianças, pessoas idosas e com deficiência em situação de vulnerabilidade social. (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

A Educação teve um grande incentivo federal com a expansão do orçamento do Ministério da Educação (MEC), triplicando de 49,3 bilhões em 2002 para 151,7 bilhões em 2015. Entre os programas vigorados nesse período destacam-se o Fundo de Financiamento Estudantil (FIEIS), que subsidiava o estudante de baixa renda ao ingresso às faculdades particulares

¹⁵ A razão de elegermos a Revista “O partido que mudou o Brasil” como documento principal nesta linha de análise é para evidenciar a narrativa do governo federal assumida, por um determinado campo de intelectuais progressistas brasileiros.

de ensino reconhecidas pelo MEC, o que beneficiou mais de 2,7 milhões de pessoas. A rede pública de ensino também contou com a implementação de um conjunto de políticas, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que promoveu uma ampliação física, acadêmica e pedagógica da rede superior pública de ensino (O PARTIDO QUE MUDOU O BRASIL, 2019).

Em 2007, no campo da infraestrutura social, foi desenvolvido o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um plano estratégico para resgatar o planejamento nacional e retomar os empreendimentos de setores estruturantes no país. Esse projeto abrangeu os setores da matriz energética, subsidiou a Petrobras na produção e extração de petróleo nas plataformas brasileiras e abarcou investimentos para o desenvolvimento de estudos de energias alternativas. Áreas como saneamento básico, habitação popular, tecnologia e robótica foram priorizadas na mesma proporção em que se desenvolveram mecanismos para ampliação de obras em ferrovias, rodovias, aeroportos, portos e hidrovias.

A partir do programa, de acordo com Maricato e Royer (2017), se injetou setores estratégicos da economia de volta ao centro. A pauta habitacional foi contemplada com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e, por meio do PAC, o governo incentivou a iniciativa privada para geração de capital e, concomitantemente, investiu na esfera pública. Uma série de medidas foram tomadas para o incentivo da produção interna e para obtenção de maior capital para o projeto.

Segundo Carvalho (2018), os investimentos públicos, principalmente os realizados nas áreas de infraestrutura, retornam na abertura de emprego e renda, pois a sua execução demanda por iniciativas e serviços privados, caindo assim no conjunto de toda a economia. Na análise da autora, esse processo gera efeito multiplicador, pois compreende que a utilização de recursos da união para fins que promovam a ascensão do patrimônio público demanda do setor privado a geração de mais empregos e serviços e, conseqüentemente, um maior lucro na economia.

No quesito investimento, o BNDES se estabeleceu como um dos maiores órgãos do governo de apoio ao desenvolvimento nacional. A partir das linhas de créditos disponibilizadas, teve um papel determinante para o fortalecimento e a expansão das companhias nacionais, passando a subsidiar a internacionalização de pequenas e grandes empresas, ação que estimulava a concorrência internacional dessas organizações e o aquecimento da balança comercial doméstica. No período entre 2003 e 2005, o banco liberou R\$ 709,2 bilhões e em 2010 R\$ 168,4 bilhões, três vezes mais que o orçamento total de 2002, R\$ 59,86 bilhões (O GLOBO, 2011). De acordo com Bugiati (2017), nessa época os investimentos em exportações aumentaram em 180% e, conforme nos fala Boito Jr., o orçamento do banco chegou a decuplicar.

O período que esboçamos tratou-se de um momento nacional em que foi possível a constatação da redução das assimetrias, o acesso a bens e serviços, a ampliação de postos de trabalho, o aumento significativo do salário mínimo e a garantia a direitos basilares como a alimentação, água, saneamento básico, energia, habitação, educação, saúde e bens de consumo.

Limites e contradições do neodesenvolvimentismo

Para estudiosos como Sampaio Jr. (2017), Gonçalves (2012) e demais autores das ciências sociais e do pensamento econômico vinculados à teoria social de Marx, os estudos que apenas expõe as políticas de crescimento e seus resultados positivos no plano da realidade apresentam uma visão limitada dos múltiplos e contraditórios processos ocorridos. Essa interpretação corresponde, segundo a caracterização de Ferreira (2018), a dos intelectuais que emitem uma crítica radical aos governos petistas.

A crise do sistema capitalista no início dos anos 2000 evidenciou as próprias contradições imanentes à sua natureza, as quais se reproduziram em todas as esferas da sociedade: financeira, ambiental, trabalhista, política e social. Nesse ínterim, o PT defendia a ideia de combater essas instabilidades a partir do crescimento econômico e da redução da pobreza, não admitindo ou problematizando que tais condições reproduziam o caráter do modo de produção capitalista adotado na região. Conforme Mota (2012, p. 37), nesses governos ocorreu o fenômeno de “desistoricização” da pobreza, que passou a ser encarada por meio de políticas compensatórias.

[...] Está-se adiante de um apelo indiscriminado à sociedade brasileira, como se esta fosse homogênea, integrada, harmônica, e não perpassada, de cima a baixo, por desigualdades, contradições e interesses antagônicos. A política é esvaziada de todo o seu vigor e potencialidade de uma ação humana idealizada e orientada para macrotransformações sociais [...] a política fica restrita a questões burocráticas, de conchavos de gabinetes e artimanhas parlamentares. (MOTA, 2012, p. 71).

Esses aspectos explicam o direcionamento “paliativo” assumido por meio de programas e medidas sociais implementadas de cariz neoliberais. Sob a administração do PT, o Estado capitalista desempenhou duas funções fundamentais: a de regulador e a de investidor. No primeiro caso, por meio do BNDES e fundos de pensão, organizou e financiou grandes empresas de capital privado nacional para competir no mercado internacional. E, sob o mote investidor, realizou grandes obras de infraestrutura, correspondendo às diretrizes dos organismos multilaterais¹⁶. Essas características particularizam o programa neodesenvolvimentista quando comparado à racionalidade neoliberal (ALVES, 2014).

Os galopantes lucros das instituições financeiras comprovam o poder do capital monetário perante a máquina estatal brasileira nesse período. Conforme Castelo (2013b), grandes bancos nacionais como o Itaú, o Bradesco e o Banco do Brasil tiveram seus lucros potencializados em nove vezes mais do que no período FHC; saltaram dos R\$19 bilhões para o montante de R\$174 bilhões. O índice da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) subiu em até 523% durante os anos de 2003 a 2010 (CASTELO, 2013b).

Somado a isto, destaca-se uma orientação industrial voltada para a liberalização comercial, a permanência dos juros sobrelevados na política monetária, a estabilização da inflação para uma previsibilidade da política monetária e cambial, o alcance de rentosos superávits primários para saldar o pagamento da dívida externa e o permanente ajuste fiscal para

¹⁶ Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI).

pagamento da dívida pública. Uma realidade em que observamos a poupança estatal sendo alocada quase que exclusivamente a serviço de pagamento de juros da dívida. Acrescenta-se nesse direcionamento tanto a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto a Desvinculação de Recursos da União (DRU) como mecanismos que serviam ao desvio de recursos de políticas públicas, destinando-os para os grandes investimentos e atividades correspondentes ao engrandecimento do grande capital (SAMPAIO, JR., 2017).

De acordo com o referido autor, a economia doméstica permaneceu à mercê da dinâmica do comércio externo e do capital internacional, subserviente à relação e à lógica estadunidense. A própria extensão com outros países é explicada como um movimento de busca desenfreada por novos mercados e capitais externos, evidenciando a “venda” do Brasil mundo afora por meio da desnacionalização das nossas empresas. Esse estímulo à produção e à exportação das empresas nacionais visava à obtenção do dólar e demais moedas poderosas com o único intuito de injetar os rendimentos no pagamento de juros da dívida.

[...] a pressão da concorrência internacional impõe às unidades econômicas a redução dos custos sociais da força de trabalho, colocando como desafio para o projeto neodesenvolvimentista, o aumento da produtividade e competitividade da indústria brasileira no mercado mundial. (ALVES, 2014, p. 140).

De acordo com Alves (2014), a redução do contingente de desempregados e a elevação dos postos de trabalho formais, características ao neodesenvolvimentismo, ocorreram produzindo mais precarização salarial e degradações para quem vende a sua força de trabalho. É característico desse momento as altas rotatividades de emprego, pluriempregos, terceirizações, altas jornadas laborais e a exigência de um trabalhador capaz de enquadrar-se ao ritmo da produção.

Ao passo em que se volta para o ordenamento e expansão do capital, se encaminha também para a inviabilização de um Estado e de uma cultura de bem-estar geral, de uma estrutura trabalhista digna e justa, de uma sociedade que se direciona ao progresso em todas as suas dimensões humanas, tecnológicas, culturais, econômicas.

Alves (2014) parte do princípio de que os resultados difundidos pelo governo federal seriam incapazes de sustentar a longo prazo por compreender que aquele momento revelava o processo de decadência mundial do capital, no qual reduz as possibilidades de reformas estruturais ainda que sob um direcionamento nacional interno. “A crise estrutural do capital não significa estagnação da expansão capitalista, mas sim, irrealização de suas promessas civilizatórias e ampliação universal da condição de proletariedade”. (ALVES, 2014, p. 142).

À medida que o PT destinava benefícios mínimos às classes mais baixas e não fomentava uma atividade política, as mantendo dependentes desses recursos, criava uma massa de votantes as quais destinariam os seus votos para os candidatos que lhes favoreceriam. Foi desse modo que o lulismo se engrandeceu, fortaleceu-se um discurso “de um país de todos”, do abandono da fome e da pobreza, quando na verdade se alargavam as múltiplas determinações da questão social (SINGER, 2018).

A alternativa do não confronto ao capital esgotou as possibilidades do alcance de uma radicalização democrática por meio do ideário neodesenvolvimentista. Esse programa se efetiva no Brasil a partir de um governo que “manipula” o seu eleitorado, que interveio apaziguando, maquiando e remendando uma realidade múltipla e complexa como se fosse possível solucionar a questão social atuando apenas na realidade aparente e não se aproximando do âmago da questão.

O Programa Bolsa Família ratificou a existência dos empregos fragilizados e dos subempregos, sem se aproximar de um caminho para superação dessas contradições, pelo contrário, as incentivava. Ou seja, tal iniciativa diante da massiva exploração da força de trabalho, da precarização e da informalização dessas relações, serviu como uma forma de tolher a organização dos trabalhadores e as lutas sociais contrárias a esta racionalidade (STOCOVSKY, 2012).

Na área da seguridade social, de acordo com Mota (2010), o avanço da mercantilização e da privatização na saúde e previdência somado a ampliação da assistência — via política não contributiva — se constituiu como um novo “fetiche” ao combate à desigualdade social. A assistência social transformou-se no principal mecanismo de proteção social. Logo, com a impossibilidade da contribuição à seguridade social, tem-se uma redução no escopo de direitos e uma maior abertura ao campo privado. Registrando assim, uma redução na disponibilização de serviços públicos e não uma ampliação como defendia o governo Lula.

Mota (2006) compreende que a burguesia, por meio do aprofundamento da privatização e mercantilização da saúde, buscou entre outros objetivos transformar o cidadão sujeito de direitos em um cidadão consumidor das diversas modalidades oferecidas de planos de saúde, medicamentos e serviços. A classe dirigente com o auxílio da grande mídia monopolizada fortificava este processo, pois investiu-se intensamente em um forte discurso de desvalidação dos serviços públicos, colocando em xeque a legitimidade do Estado.

No NDV temos a inversão das perspectivas adotadas no ND. Assistimos a um processo de dessubstituição de importações, resultando em uma elevação da importação e uma consequente ampliação da dependência externa nos setores tecnológicos e de inovação, incidindo em uma maior vulnerabilidade ante ao mercado internacional. Consolida-se a reprimarização econômica com destaque aos setores básicos da economia em detrimento de expansão e diversificação do quadro industrial nacional (GONÇALVES, 2012b).

Como denuncia Sampaio Jr. (2017), legitima-se uma reversão colonial, expondo o atraso, o desnivelamento ao mercado competitivo mundial, uma reanimação do latifúndio e do extrativismo, ou seja, as relações de subserviência são intensificadas e aprimoradas por esse sistema. Para Gonçalves (2012b), o “ensaio” neodesenvolvimentista ocorrido no Brasil se estabeleceu em uma espécie de “ND às avessas”. Tem-se assim o fortalecimento de um Estado neoliberal patrimonialista, passível aos interesses privados dos grandes grupos econômicos e das oligarquias políticas e regionais (ALVES, 2014).

Concedemos com Sampaio Jr. (2017) quando avalia o NDV como uma farsa por negar os seus próprios fundamentos. Tanto para Antunes (2015) quanto para Gonçalves (2012 b) não houve um NDV, na mesma linha que Castelo (2013 a) compreendem esse ciclo como uma fase do social-liberalismo. Outrossim, criticava Paulani (2003) a falta de uma política industrial. Segundo ela, esse fator era o mínimo requerido para a classificação de um programa desenvolvimentista¹⁷. Contudo, reconhece a existência de um momento desenvolvimentista entre os mandatos de Lula da Silva, com as iniciativas do PAC e os investimentos do PIB em saúde, educação, saneamento, energia e habitação.

No período em que Dilma Rousseff assume a presidência, esta lógica se consome por completo, concedendo espaço para o aprofundamento aberto, “escrachado” e desmedido do capital financeiro. As agendas sucessoras, Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2018–2022) constatam esta ofensiva. De acordo com Singer (2018), o NDV perde sustentação no governo Dilma quando a política de coalizão exercida pelo partido se desfaz. Para Singer (2018), a mudança de posição da fração burguesa se explica pelo atual contexto do capitalismo em que as “franjas” burguesas estão mais juntas e mescladas do que nunca.

Apesar de teoricamente não se tratar da instalação de um golpe autoritário, por ser estabelecido nos liames da “democracia”, tem-se com os encaminhamentos pós-golpe uma redução efetiva das potencialidades de avanços e conquistas democráticas no campo da universalidade dos direitos, das políticas sociais e, sobretudo, dos direitos humanos.

Considerações Finais

Com o esforço da síntese, evidenciamos que o NDV não se desvincula, antes atualiza a sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. Não se desfaz com o neoliberalismo, contudo carrega especificidades. Apresenta uma nova etapa do desenvolvimento capitalista perspectivada na sua afirmação ideológica e material em uma quadra de supremacia rentista e financeira (o dinheiro gerando mais dinheiro, nos sistemas de investimento e especulação), em que o mercado molda e adentra em todas as relações, na sociedade civil e na sociedade política.

O ideário neodesenvolvimentista criou esperanças de lucro e prosperidade a economias estratégicas como a do Brasil. Vendeu-se a ilusão de que se estava em curso um programa reparador das desigualdades sociais às classes periféricas. Todavia, o que se projetava obedecia à lógica do grande capital reproduzindo a sua fundamental contradição: a impossibilidade de erguer uma sociabilidade de bem-estar geral, o que intensificava as vulnerabilidades sociais.

A estratégia adotada pelos governos petistas na condução dessa tendência partiu de uma dinâmica de coesão e integração social, buscando obter o apaziguamento das classes sociais e, desse modo, evitar quaisquer empecilhos à radicalização do capitalismo

¹⁷ Na mesma linha, autores como Paula (2016) compreendem que não se pode qualificar o período ilustrado como neodesenvolvimentista, por não conter em sua estrutura as características básicas que definem um modelo desenvolvimentista.

contemporâneo, como o que ocorrido na década de 1990 na região latina. De acordo com Alves (2014a), se gesta por meio das classes dominantes uma estratégia de controle ideológico e moral da massa e por isso o NDV foi tão funcional e plausível a esta racionalidade. Os setores burgueses buscaram validar a sociedade do mercado como a única possível no plano da realidade.

Em suma, esse momento se tratou de uma nova forma ampliada do capitalismo que buscou desestabilizar a luta popular e trabalhista e legitimar a sociedade do mercado, reduzindo, na ocasião, os principais pontos que colocassem em xeque esse sistema de acumulação.

Com esse direcionamento, o NDV seguiu executando o reformismo fraco (SINGER, 2018), não atingindo as raízes das problemáticas sociais e baseando-se em uma prática pautada por intervenções rasas e o mais drástico: compreendemos que o NDV aprofundou a dificuldade para o alcance de condições reais de superação do subdesenvolvimento por meio de reformas e revoluções, impedindo a formação de uma instabilidade ao reduto do capital financeiro mundial e o acirramento do conflito entre capital e trabalho no país. Ao nosso ver, uma ofensiva ao potencial de luta popular e à formação de pensamento crítico capaz de destronar a supremacia capitalista.

Nesse sentido, vinculados pela corrente denominada por Ferreira (2018) como a “crítica radical”, depreendemos que o NDV foi uma peça importante à fase vigente do capitalismo. Tratou-se de um vestíbulo, o pátio de entrada para a afirmação do sistema capitalista mundial financeirizado que se apresentava (de modo mais “inibido”, porém presente) no Brasil. Em nossa reflexão crítica, defendemos que essa processualidade tem o seu espaço de contribuição para o assentamento e ascensão de uma nova direita revestida de aspectos fascistas e nacionalistas, do fortalecimento do neoconservadorismo e ultraliberalismo no país, de uma cena marcada pelo obscurantismo e negacionismo por parte dos nossos principais representantes políticos.

Referências

ALVES, G. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. São Paulo: Canal6 editora, 2014.

ANTUNES, R. **Contradições do neodesenvolvimentismo são devastadoras para os trabalhadores**. [Entrevista concedida a] Instituto Humanas Unisonos (IHU). 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/548829-contradicoes-do-neodesenvolvimentismo-sao-devastadoras-para-os-trabalhadores>. Acesso em: 08 jun. 2020.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER (org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 69-102.

BOITO JR., A. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Unesp, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L. C. (org.). **Desenvolvimento econômico e crise**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 27-67.

BUGIATO, C. A importância do BNDES na política externa do governo Lula. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, p. 43-69, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/56>. Acesso em: 23 abr. 2020.

CASTELO, R. **O social-liberalismo auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão popular, 2013a.

CASTELO, R. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 119-138, 2013b.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, 2012.

CASTELO, R. A questão do neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 119, p. 583-591, 2014.

CARAPAÑA. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 33-39.

FERREIRA, C. **Posicionamentos e estratégias sindicais no contexto dos conflitos do trabalho em Suape: uma expressão da nova morfologia do sindicalismo brasileiro nos anos 2000**. 2018. 383 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife-PE, 2018.

FIORI, J. L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 31-51.

GLOBO.COM. **Brasil vira credor do FMI**. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/bomdiabrazil/o,,MUL1080722-16020,00-BRASIL+VIRA+CREDOR+DO+FMI.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e sociedade**, São Paulo. n. 112, p.637-671, 2012a.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, São Paulo, n.31, p. 5-30, fev. 2012b.

IPEA. **Os efeitos do programa bolsa família sobre a pobreza a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. 2019. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

KATZ, C. **Neoliberalismo neodesenvolvimentismo socialismo**. São Paulo: Expressão popular, 2016.

KOSIC, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KLACHKO, P.; ARKRONADA, K. **As lutas populares na América Latina e os governos progressistas** Crises e desafios da atualidade. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Abramo Perseu, 2017.

LÖWY, M. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Outubro, n. 1, 1998.

MARICATO, E.; ROYER, L. A política urbana de habitação. In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (org.). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017. p. 147-153.

MATTOSO, J. Dez anos depois. In: SADER, E. (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 111-121.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, A. E. (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 29-45.

MOTA, A. E. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (org.). **O mito da assistência social ensaio sobre Estado, Política e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 133-146.

MOTA, A. E. Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. In: MOTA, A. E. et al. (org.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-2.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

O GLOBO. **BNDES triplica na Era Lula e retoma ação de desenvolvimento**. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/bndes-triplica-na-era-lula-retoma-acao-de-desenvolvimento-2806488>. Acesso: 22 abr. 2020.

PAULO, R. F. S. **Estado capitalista e Serviço Social: o neodesenvolvimentismo em questão**. Campinas: Papel Social, 2016.

PAULANI, L. Brasil delivery: a política econômica do governo Lula. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 4, p. 58-73, out./dez. 2003.

POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 145-156.

PT. **O partido que mudou o Brasil**. 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1SE000Bxh3U5i2pb8H-24hsHqH7V2avj1/view>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SAAD FILHO, A. **Brasil neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SADER, E. **A construção da hegemonia neoliberal**. In: SADER, E. (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 135-143.

SAMPAIO JR., P. **Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma**. São Paulo (SP): SG-Amarante Editorial, 2017.

SANTOS, M. S. Financeirização do capital, “reformas” estruturais e seguridade social no Brasil. **Ser Social**, Brasília, n. 45, v.21, p. 283-300, 2019.

SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SITCOVSKY, M. A reconciliação entre assistência social e trabalho: o impacto do bolsa família. In: MOTA, A. E. (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 225-248.

Submetido em: 22/11/2022

Revisto em: 15/04/2023

Aceito em: 27/02/2023